

**Memória e identidade em processos de turistificação de lugares:
o caso do Cais do Valongo (RJ - Brasil)**

Maria Amália Silva Alves de OLIVEIRA*

Resumo: O processo de inscrição do Cais do Valongo (RJ - Brasil), principal ponto de desembarque de africanos escravizados no Brasil, na lista do patrimônio mundial da humanidade revela um conjunto de questões que tem favorecido a reflexão de temas como processos identitários, construção de subjetividades, memórias traumáticas, regimes de patrimonialização, políticas de planejamento urbano, cidadania, entre outras. Em todas essas discussões o turismo é inserido sem que se dedique a esse tema destaque ao lugar que sua manifestação ocupa no processo de construção ou seleção de memórias. Assim sendo, no presente trabalho pretende-se ir além dos tradicionais estudos que apresentam a construção de lugares turísticos como aqueles em que o mercado se apropriou de memórias com vistas ao incremento da comercialização de tais lugares e busca analisar a relação entre memória e turismo como elemento de explicação de relações sociais no intuito de demonstrar como o turismo se manifesta na construção de memórias e identidades no contexto de processos de patrimonialização.

Palavras-chave: Memória. Patrimônio Cultural. Turismo. Identidade. Cais do Valongo.

**Memory and identity in touring processes of places:
the case of the Cais do Valongo (RJ - Brazil)**

Abstract: The registration process of the Valongo Pier (RJ - Brazil), the main landing point for Africans enslaved in Brazil, on the list of world's cultural heritage of humanity reveals a set of questions that has favored the reflection of themes such as identity processes, construction of subjectivities, traumatic memories, patrimonialisation regimes, urban planning policies, citizenship, among others. In all these discussions, tourism is inserted without focusing on this theme, highlighting the place that its manifestation occupies in the process of building or selecting memories. Thus, in the present work we intend to go beyond the traditional studies that presents the construction of tourist places such as those in which the

* Professora Doutora - Departamento de Turismo e Patrimônio e professora permanente do Programa de Pós-graduação em Memória Social e do Programa de Pós-graduação em Ecoturismo e Conservação – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), Rio de Janeiro, Brasil. Avenida Pasteur | Número 458 | Campus Universitário | CEP 22.290-255| Rio de Janeiro – RJ

market appropriated memories with a view to increase the commercialization of such places. Also, seeks to analyze the relationship between memory and tourism as element of explanation of social relations in order to demonstrate how tourism manifests itself in the construction of memories and identities in the context of patrimonialisation processes.

Keywords: Memory. Cultural Heritage. Tourism. Identity. Cais do Valongo.

Introdução

O presente trabalho apoia-se nos conceitos de memória, identidade e patrimônio. A gênese e descrição de cada um deles evidencia a complexidade de pensá-los e compreendê-los em separado, pois no contexto social apresentam-se em forma de processos que revelam construções sociais envolvendo representações e significados, partilhados e reproduzidos de forma coletiva ao longo do tempo (GEERTZ, 2008). A grosso modo, podemos definir memória em seu aspecto social, como processos sociais e históricos manifestados através de narrativas acerca de acontecimentos e experiências vividas e nos quais estão abrigados valores do grupo que seleciona o que deve ou não ser guardado enquanto memórias coletivas. Tais narrativas estabelecem, reforçam, legitimam e reproduzem a identidade cultural do grupo.

Um dos efeitos sociais da manifestação da memória são os processos identitários que decorrem da seleção do que é guardado ou não. Assim sendo, as identidades culturais implica em um sentimento de pertença a determinado grupo, pois identidade cultural é um processo de identificação com determinados valores que conferem sentido ao e/ou de grupo. No processo de identificação, define-se as diferenças e as semelhanças, evidenciando o “nós” e os “outros” nas interações cotidianas e, é justamente neste contexto das interações que é possível perceber que as identidades culturais são mutáveis, transitórias e negociáveis; aspectos que fortalecem a ênfase da observação e análise em processos e não somente na representação social sobre as mesmas.

As identidades culturais expressam as diferenças de outros grupos culturais e reafirmam o pertencimento entre os membros do grupo apoiando-se em um conjunto de valores, de bens materiais e imateriais perpetuados no tempo. A este conjunto de bens, denomina-se patrimônio cultural e é nele que se ancora a memória do grupo. Neste sentido, o patrimônio promove a recordação do passado selecionado, testemunhando e dando sentido a rememoração de acontecimentos que carregam os valores de cada grupo. Em tal concepção, patrimônio é uma herança cultural que atualiza no presente um passado com vistas a transmissão de tais valores para as gerações seguintes.

Hall (2006) acrescenta ao debate sobre identidades culturais o conceito de identidade nacional definindo “[...] na verdade, as identidades nacionais não são coisas com as quais nascemos, mas são formadas e transformadas no interior da representação.” (p. 48). Nesta concepção, o referido autor chama a atenção para o fato de que a nação vai além de uma entidade política e atua como elemento produtor de sentidos pautados no sistema de representações sociais caracterizado como “cultura nacional”. Para Hall (2006) uma cultura nacional é um discurso de produção de “[...] sentidos sobre a nação, sentidos com os quais podemos nos identificar.” (p.50). A noção de discurso trazida por Hall está intimamente relacionada a construção de identidades, pois o discurso da cultura nacional cria orientações, pertencimentos e identificações com uma comunidade simbólica.

Tendo destacado anteriormente que as identidades culturais não fixas ou estáticas, em decorrência da condição de seleção da memória, depreende-se que tanto as identidades culturais quanto a própria memória podem ter suas narrativas manipuladas para a construção de discursos que pode mudar de acordo com as circunstâncias. Neste trabalho narrativa está sendo entendida como construção verbal ou visual de aspectos memoriais evocados através da sucessão de fatos reais ou imaginados situados no tempo e no espaço; já o termo discurso, implica aqui na forma e recursos utilizados para selecionar e construir a narrativa que será exposta, nesta percepção, o discurso implica relações de poder.

Como afirmado anteriormente, considera-se que a apreensão dos processos sociais são mais rentáveis analiticamente do que a delimitação de identidades culturais e assim, defende-se que o contexto de disputas pela memória e patrimônio com vistas a produção de narrativas e discursos, são excelentes *locus* de compreensão dos valores que estão em jogo no interior de grupos sociais. Desta forma, a proposta do presente trabalho incide na reflexão sobre um determinado aspecto que sempre se apresenta nos debates desta natureza: o turismo. Assim sendo, a partir de um caso específico, o caso do Cais do Valongo (RJ) será analisada a relação entre o turismo e memória, buscando entender como o turismo se manifesta na construção de identidades e patrimônios culturais, através da produção de discursos sobre a cidade do Rio de Janeiro.

No período em que vigorou o regime escravagista no Brasil o principal ponto de desembarque de africanos escravizados no país e nas Américas foi o Cais do Valongo. Toda a região onde está localizado o Cais é uma arena de disputas simbólicas que se desdobram em discussões acerca da identidade, patrimônio e apropriações resultantes da memória da herança africana. Nesse processo de disputas, no ano de 2016, já sendo aquele espaço reconhecido como patrimônio nacional, a região foi fortemente visibilizada devido as obras de preparação e adequação ao projeto dos megaeventos.

Neste projeto urbanístico, a região que abrange o Cais e demais espaços que no período de funcionamento do regime escravocrata sustentavam o comércio advindo do referido regime, foi ressignificado sob a denominação “Porto Maravilha”. Entretanto, esse projeto de ressignificação cultural, colocado em prática sob a motivação dos megaeventos, deparou-se como uma questão simbólica, não totalmente imprevista, pois sempre se soube que a região guardava rastros de memória, mas que se colocou como imperiosa por se tratar da descoberta de inúmeros objetos que datam do período em que este espaço abrigou o portão de entrada dos africanos escravizados, objetos estes, encontrados em decorrência das escavações realizadas no local. O embate daquele momento inseriu-se em como lidar com esses rastros e a escolha efetuada foi a da transformação do local em monumento, aberto à visitação pública e integrante do Circuito Histórico e Arqueológico da Celebração da Herança Africana.

A decisão por considerar os rastros da memória dos africanos escravizados e não pelo seu apagamento, conduziu a um outro processo que foi a candidatura do Cais do Valongo a patrimônio da humanidade e sua inscrição na lista de patrimônios mundial da humanidade. Nos discursos do IPHAN e da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro “[...] o reconhecimento do seu valor universal excepcional, como memória da violência contra a humanidade representada pela escravidão [...]” (Cais do Valongo, Rio de Janeiro – RJ. Página virtual do IPHAN, s/d) favorece a possibilidade de inúmeras reflexões; contudo, a que se insere no aspecto mercadológico da questão relacionada a potencialidade que patrimônios adquirem ao criar fluxos de visitação, é o que move a proposta deste trabalho, tendo em vista que os patrimônios possuem uma relação intensa e até pouco estudada com o mercado, os processos de turistificação estabelecidos a partir da consagração de patrimônios materiais e imateriais tem muito a revelar sobre identidades culturais que se fortalecem no bojo destes processos. Acrescenta-se que por turistificação entende-se no presente trabalho, o processo de indução e transformação de uma localidade em uma atração turística. Tal processo envolve escolhas dos recursos, naturais ou culturais, que serão convencioneados como atrativos e muitas vezes associados a patrimônios; a realização de obras de infraestrutura que garantam, mesmo que minimamente a possibilidade de visitação e; construção de uma narrativa que contextualize o “produto” inserindo-o no imaginário para o qual foi produzido

O caso do Cais do Valongo foi, então, o inspirador de um conjunto de reflexões que estão atreladas a projetos de pesquisas que venho desenvolvendo e, a despeito das inúmeras formas de exploração teórica do caso do Cais do Valongo, a que motiva a presente reflexão reside no fato dos debates em torno deste processo articularem a discussão ao turismo. Assim sendo, a construção de uma memória da diáspora africana

com base material na região portuária da cidade do Rio de Janeiro insere-se, sobretudo, em uma perspectiva mercantil e desta forma, cabe um lugar especial na reflexão sobre turismo e o papel da memória e de seus rastros neste contexto, pois há de se considerar que o projeto urbanístico Porto Maravilha ganhou relevância no contexto dos megaeventos que a cidade do Rio de Janeiro sediou ao longo dos últimos seis anos, onde o discurso envolvendo os supostos benefícios econômicos que sempre estão associados a atividade turística, justificava uma série de ações e intervenções. Tal constatação conduz a observação de que o Turismo guarda uma relação complexa e intrincada com a memória, pois em locais patrimonializados, o turismo via de regra se faz presente de forma que a memória se torna disponível como produto turístico.

Considerando que ao relacionar memória e turismo na reflexão sobre patrimonialização, identidades, cidadania, planejamento urbano, entre outras questões, não estaremos discutindo o ato cognitivo da lembrança que se manifesta nas experiências de captura de fotos, na aquisição de souvenirs, ações que colaboram na construção ou evocação de uma narração pessoal, tornando o passado presente e sim, a construção social das memórias que caracterizam os lugares visitados e transformam a memória em um produto turístico, sempre envolto conflitos de validação e interpretação.

O artigo está estruturado em três partes. Na primeira, é apresentada a trajetória histórica do Cais do Valongo, contextualizando-o ao seu entorno no intuito de demonstrar como simbolicamente tal espaço foi produzido e reproduzido a partir de sua existência. A segunda parte, intitulada “A Cidade Olímpica é a Cidade Maravilhosa sendo maravilhosa para mais gente’: os usos da memória do Cais do Valongo”, é constituída por reflexão acerca da construção de uma identidade carioca estruturada sobre uma memória que utiliza o Cais do Valongo como um dos símbolos eleitos para ser visibilizado turisticamente. Na terceira e última parte, buscou-se recuperar o debate sobre memória e patrimônio para então promover uma discussão com o turismo e assim, discutir como turismo e memória se relacionam.

Cabe destacar que o presente trabalho é resultado de um projeto de pesquisa relativo ao processo que declarou o Cais do Valongo (RJ) como patrimônio da humanidade. Neste sentido, a metodologia que norteou todo o trabalho de pesquisa que abriga a presente reflexão pautou-se, além da revisão bibliográfica que em parte está referenciada neste artigo, no referencial teórico da Antropologia e da Memória Social, que aqui se manifesta enquanto “pesquisa de gabinete” e pesquisa de campo. Em Antropologia denomina-se “pesquisa de gabinete” um conjunto de técnicas que envolvem a coleta de dados oriundos de distintas formas de documentos e no âmbito deste método, utilizou-se para o presente trabalho a coleta e análise matérias jornalísticas produzidas e veiculadas pela Companhia

de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto do Rio de Janeiro (CDURP), empresa gestora na operação de engenharia urbana consorciada Porto Maravilha; entrevistas publicadas com o prefeito da cidade do Rio de Janeiro, Eduardo Paes (2009-2012 e 2013-2018), cujas fontes encontram-se elencadas nas referências bibliográficas constante no final deste artigo; vídeos publicitários sobre a Cidade do Rio de Janeiro veiculados no período que antecedeu os jogos olímpicos e; documento técnico da candidatura do Cais do Valongo a Patrimônio da Humanidade. A pesquisa de gabinete objetivou verificar configurações discursivas que veiculam atos, significados e concepções presentes no contexto estudado.

A pesquisa de campo incidiu sobre três visitas a Região do Cais do Valongo, realizadas nos meses de fevereiro, março e abril de 2018 e na análise empírica do evento “III Seminário Internacional em Memória Social – Memória e Turismo: roteiros, trajetórias, discursos e subjetividades em construção”, através da observação participante. No caso das visitas realizadas ao Cais do Valongo, o objetivo das mesmas residiu especialmente no conhecimento geográfico da região, na observação dos elementos que foram alvo da patrimonialização e no entorno de tal espaço. Já a análise do III Seminário Internacional em Memória Social foi construída a partir da técnica da observação participante e no presente artigo, tal análise ganha forma ao evidenciar os distintos conflitos que permeiam a disputa pela construção de uma memória da escravidão referenciada pelo Cais do Valongo.

Trajetória histórica do Cais do Valongo

Rodrigues (2005) descreve a organização comercial estruturada a partir da escravização de negros africanos no Brasil Colônia. Segundo o autor, o desembarque dos escravizados no Rio de Janeiro era realizado na região central onde atualmente está localizada a Praça XV e neste local proliferou até 1825 a abertura de lojas que comercializavam a venda de escravos que chegavam em condições de trabalho imediato. Paralelamente, havia uma grande concentração de escravizados em distintas condições de saúde física que eram mantidos no aguardo de destinações relativas a suas condições. Ainda de acordo com o autor anteriormente citado, a grande circulação de negros, o intenso comércio e as doenças adquiridas ao longo da difícil viagem e que acometiam o maior número de escravizados que desembarcavam no local, gerou um progressivo incômodo para as elites. Tais fatores favoreceram a pressão pela transferência das atividades relativas ao mercado de escravizados para local menos habitado e afastado da Praça XV, que já naquela ocasião se configurava como área urbanizada para os padrões da época. O local escolhido para abrigar o comércio de escravizados foi então, a região denominada como

Valongo e localizada a noroeste da Cidade, entre o outeiro da Saúde e o Morro do Livramento.

A região do Valongo constituía-se de vários aterros realizados por determinação do Marquês de Lavradio, onde foi construído um cais, um espaço de negociação de escravizados e um cemitério. A proposta do empreendimento incidia sobre a concentração em um único espaço geográfico de todos os negócios relativos ao comércio escravagista, daí a inclusão do espaço cemiterial, pois o que era até então destinado aos negros situava-se distante deste novo polo comercial. Assim, a região do Valongo desponta como a concentradora de grande fluxo e circulação de pessoas e, também, negócios da Cidade, devido ao grande poder deste comércio. Esse conjunto de fatores explica o fato do Cais do Valongo ter sido o local que concentrou o maior número de desembarques de escravizados da América do Sul.

Ainda de acordo com Rodrigues (2005), a proposta de transferência do local de desembarque e comercialização de escravizados do Largo do Paço (atual Praça XV) para o Cais do Valongo insere-se também no projeto de aculturação dos escravizados, cujos objetivos incidiam sobre produção de mudanças na ordem cultural dos hábitos dos negros africanos que aqui chegavam; pois tais padrões culturais, como por exemplo, a nudez e o atendimento das necessidades fisiológicas em público, eram interpretados pela cultura da elite como “selvageria”. Neste contexto, os espancamentos e arrastamentos pelas vielas sujas, se tornam práticas cotidianas justificadas pelo “aspecto pedagógico” dos atos; entretanto, a mudança do padrão cultural para o desejado, pouco avançava e assim, somado a proliferação de doenças, a precariedade das habitações destinadas aos escravizados e a alta taxa de mortalidade reproduziam no Valongo o mesmo quadro anterior existente no Largo do Paço, pois a essência da lógica escravista continuava a mesma.

Assim como o ocorreu no Largo do Paço, o passar do tempo foi também acompanhado por reclamações oriundas dos poucos moradores que a região do Valongo possuía antes da transferência do empreendimento escravagista para lá. O descontentamento incidia principalmente sobre o cemitério que ali foi implantado. Relacionado à riscos de saúde devido as péssimas condições de enterramento dos corpos e o grande volume destes agrupados em espaços pequenos, conforme menciona Rodrigues na obra já citada, tornava a situação conflituosa; entretanto, a força do sistema se sobrepunha e a atividade escravagista perdurou no local mesmo após o comércio de escravizados ter se tornado ilegal.

Chalhoub (1990) destaca o cotidiano da escravidão na cidade do Rio de Janeiro informando que esta foi captada por viajantes, sendo que tais registros iconográficos revelam paralelamente uma “cidade negra” e uma “cidade esconderijo”, pois as ruas, os

espaços públicos e visíveis eram habitados pelos negros, daí a ideia de “cidade negra” e nesta, conviviam os dois regimes de possibilidades de vivência social para os negros de então: a condição de escravizado ou de liberto não integrado a outro grupo social. Neste cenário, a “cidade esconderijo” favorecia arranjos sociais não previstos e baseados na fuga de escravizados.

Em 1843 o Cais do Valongo foi submetido a uma reforma motivada pela chegada da Imperatriz Tereza Cristina Maria de Bourbon. O local designado para o desembarque foi praticamente reconstruído para esse fim, assim como seu entorno que recebeu, entre outras novidades, um chafariz. A ampla reforma imprimiu nova configuração ao espaço até então percebido como degradado e não digno de recepção da nobreza que a figura da Imperatriz representava. Em âmbito simbólico a reforma foi acompanhada da renomeação do Cais que deixou de ser do Valongo e passou a ser denominado Cais da Imperatriz, assim como a Rua do Valongo também foi transformada em Rua da Imperatriz.

Durante o Primeiro e o Segundo Reinado a cidade não era apenas a capital política do país, era também a capital cultural e econômica que alcançou na segunda metade do século XIX o status de maior centro financeiro do país; por outro lado, a condição portuária da Cidade favorecia ao crescimento populacional decorrente do comércio e serviços que o porto facultava. Em decorrência deste panorama a mão de obra se tornava mais barata que em outras regiões da Cidade e do país. A população que vendia sua força de trabalho neste sistema e em muitos casos provenientes de fazendas e imigrantes tornava-se dependentes de moradia nas proximidades e como a oferta era precária, proliferam-se os denominados cortiços, ou seja, habitações configuradas em pequenos quartos em construções coletivas que não ofereciam condições salutaras de moradia exatamente por não haver número suficiente de sanitários, ventilação adequada, acesso fácil, entre outros itens comuns as residências.

Os cortiços denunciavam as condições de vida de uma parcela da população da Cidade, parcela essa submetida a ocupações sem renda fixa, má remuneração, doenças e violência, tornando-se nesse contexto estigmatizados por serem percebidos como ameaça e conseqüentemente associados a desordem, vadiagem, malandragem, prostituição, roubos e vícios. Paralelamente, epidemias se agravavam com o problema de abastecimento de água e precariedade do saneamento público, tornando a situação da Cidade bastante complexa e fortalecendo o discurso da elite acerca da urgência por reformas que não somente colocasse a Cidade em outro patamar de salubridade, mas também de modernização. Para os diversos segmentos da elite carioca, fazia-se necessário identificar a Cidade aos ideais de civilização.

Os anos seguintes a Proclamação da República evidenciaram de forma contundente anseios por mudanças urbanas, pois a fragmentação social expunha a elite às implicações de tal quadro. Neste sentido, justificava-se como necessidade e urgência remover o que era interpretado como “causa dos problemas sociais” de então, ou seja, os cortiços e seus moradores; mesmo que tal medida implicasse em retirar pessoas e não resolver o problema de habitação. A remoção dos moradores e destruição dos cortiços era o desejável para sanear a Cidade e empreender as intervenções urbanas que tornariam o Rio de Janeiro “civilizado”.

Neste cenário de reivindicações, a região do Cais do Valongo vivenciou novo surto de obras e reformas sob a gestão do prefeito Pereira Passos. Francisco Pereira Passos esteve à frente da prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro entre os anos 1902 e 1906 e no que tange ao processo de reformas que a Cidade do Rio de Janeiro foi alvo neste período, não é possível deixar de mencionar que estas caminharam em paralelo com as reformas implementadas pelo governo federal ocupado a época por Rodrigues Alves que presidiu o Brasil no mesmo período em que Pereira Passos geriu a Cidade como prefeito. Enquanto Passos promoveu uma concepção de remodelação urbana da Cidade, o presidente Rodrigues Alves através de seu ministro da saúde promoveu reformas na política de saúde. Ambas ações intervíram na questão urbana e social, complementando-se através do discurso da modernização e de controle de propagação de doenças. Tal discurso valorizava-se ainda mais no contexto da República, pois esta estava associada ao novo, ao moderno e a civilização.

As obras promovidas por Pereira Passos alinhavam-se ainda a outras ideologias correntes na ocasião, como por exemplo, a teoria do “branqueamento racial”, defendida por teóricos cientificistas que pensavam como solução para o “atraso” do país como sendo responsabilidade da questão racial e julgavam que promover o branqueamento da população dando origem a uma raça tipicamente brasileira e superior, tal como afirma Skidmore (1976, p. 81).

A teoria brasileira do “branqueamento” [...] [é] aceita pela maior parte da elite brasileira nos anos que vão de 1889 a 1914, era peculiar ao Brasil [...] baseava-se na presunção branca, às vezes, pelo uso dos eufemismos “raça mais adiantada” e menos adiantada” e pelo fato de ficar em aberto a questão de ser a inferioridade inata. À suposição inicial, juntavam-se mais duas. Primeiro – a população negra diminuía progressivamente em relação à branca por motivos que incluíam a suposta taxa de natalidade mais baixa, a maior incidência de doenças e a desorganização social. Segundo – a miscigenação produzia “naturalmente” uma população mais clara, em parte porque o gene branco era mais forte e em parte porque as pessoas procurassem parceiros mais claros que elas.

Embora a teoria do “branqueamento racial” tenha obtido sucesso entre os pensadores da época e de forma não declarada tenha orientado os ideais urbanísticos de então, tal política de urbanização pautou-se na repressão e no aterramento de elementos materiais relacionados a uma memória da escravidão. A reforma promovida por Pereira Passos projetou para aquela Região a eliminação das marcas do Brasil colonial e imperial, especialmente no que tange a memória da escravidão na região do Valongo, espaço habitado por ex-escravos e seus descendentes. A destruição dos elementos materiais nos quais se apoiam os referenciais da memória, fragmentou o compartilhamento da memória da escravidão para além dos envolvidos no episódio. A despeito da desconfiguração do espaço físico e de seus referenciais materiais da memória da escravidão, simbolizado com o encobrimento do Cais do Valongo; as músicas, as dificuldades no contexto do trabalho, os momentos de folga, a repressão singularizavam uma cultura cuja cor da pele e a resistência em habitar naquele local, estigmatizava. O estigma social permaneceu e a memórias coletivas tornaram-se localizadas àquele espaço, pois os referenciais concretos foram encobertos.

Pomian (2000) esclarece que quando falamos em memória, falamos de “vestígios”, isto é, representações da realidade, pois a memória é a faculdade de conservar vestígios do que já pertence a si, mas é de uma época passada. O autor anteriormente referido considera que toda a construção do passado é sempre imperfeita e permeada pela dúvida e assim, a narrativa oral ou escrita é o que pode ser chamado de memória coletiva. Ao conceito de vestígio soma-se o de “rastro”. Segundo Gagnebin (2006), nem sempre os rastros são que o queremos guardar, mas o que restou de vestígios de uma determinação ação.

Para Gagnebin (2006) existe uma ligação entre rastro e memória, pois esta vive a tensão entre a presença e ausência desses rastros, tendo em vista que a os rastros indicam a presença da memória, mas a sua ausência também demonstra que o processo de lembrança e esquecimento foi efetivado. No início da República, já no século XX lembrar o Império não fazia parte dos projetos do prefeito Pereira Passos e nem do seu plano urbanístico e assim, novas intervenções buscam apagar os traços materiais daquela memória ainda em conflito com a da transformação do Cais do Valongo em Cais da Imperatriz. Ao discorrer sobre a permanência dos rastros, Gagnebin (2006) aborda a questão do apagamento dos rastros, sejam eles de um extermínio, tal como aconteceu no Holocausto ou o desaparecimento dos corpos de mortos pelas ditaduras sul-americanas. Apagar os rastros, afirma Gagnebin (2006), é negar a própria existência do assassinio. Sem rastros, não há assassinato.

Os rastros do Valongo permaneceram apagados até o ano de 1996 quando uma obra em propriedade residencial na Rua Pedro Ernesto, localizada no Bairro da Gamboa, um dos bairros que compõe a Região do Valongo, evidenciou um imenso conjunto de ossos e outros tantos materiais que forneceram a arqueólogos, historiadores e antropólogos a certeza acerca do local exato onde estava localizado o Cemitério dos Pretos Novos. A localização do referido Cemitério havia se perdido ao longo do tempo, pois distintos aterros com vistas ao apagamento da memória da escravidão cumpriu seu papel em silenciar e produzir o esquecimento sobre o episódio que deixou uma herança profunda de desigualdade social entre brancos e negros, assim como o racismo estrutural presente na cultura brasileira. Desta descoberta, originou-se o Instituto Pretos Novos criado em 13 de maio de 2005 objetivando a manutenção da memória da diáspora negra como forma de valorização da cultura e do patrimônio afro-brasileira.

Moraes (2016) ressalta que a Região do Valongo sempre esteve sob disputa quando se estava em jogo a utilização da área mediada por interesses que atendessem aos desejos de grupos políticos. Neste sentido, tanto no Império quanto na República foram articulados esforços de construções de uma memória condizente com as propostas de cada grupo que esteve no poder. Se o processo de apagamento da escravidão ocorreu em meio a interesses públicos voltados para projetos de urbanização que simbolizavam determinada noção de Cidade que se desejava apresentar para o mundo, objetivando ainda a construção de uma memória; o jogar luz sobre este episódio também evidencia novos projetos e objetivos políticos para a região.

Alguns anos após a identificação da localização precisa do Cemitério dos Pretos Novos, em contexto nacional e internacional distinto, a região do Valongo retorna ao centro das atenções, pois a Cidade do Rio de Janeiro seria o palco de grandes eventos esportivos e de outras naturezas. Entre os anos de 2007-2016 a Cidade do Rio de Janeiro sediou os Jogos Pan-americanos de 2007, Fifa-FanFest de 2010, Rock in Rio de 2011, Rio+20 de 2012, Jornada Mundial da Juventude e Copa das Confederações ambas em 2013, Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016, soma-se ao referido conjunto de eventos, os anuais eventos de carnaval e réveillon. A recepção do público que tais eventos geram requeria infraestrutura adequada a tais padrões e, no caso da Cidade em tela, foi tratado como sendo de reestruturação urbana e exposto no Plano Estratégico da Prefeitura do Rio de Janeiro (2009-2012) intitulado “Pós-2016 – O Rio mais integrado e competitivo”.

Este Plano foi fortemente associado a uma noção de futuro a ser construído a partir de quatro dimensões: social, econômica, ambiental e política; sendo o objetivo a construção da “Cidade Olímpica”. A noção de “Cidade Olímpica” está relacionada a produção de aspectos simbólicos e materiais que recaem na produção de novos contornos no âmbito da

identidade da Cidade do Rio de Janeiro e do Carioca. Neste contexto de produção identitária, a região do Valongo emerge como questão e esta, se insere nas diretrizes constantes no projeto “Porto Maravilha”, uma das trinta e sete iniciativas estratégicas elaboradas no bojo da construção simbólica e material da “Cidade Olímpica”. (MALTA, 2017).

O projeto Porto Maravilha pode também ser interpretado a partir do movimento deflagrado por diversos países e que se insere no debate sobre a atribuição de novos significados a zonas portuárias e que consiste em um dos principais temas do urbanismo contemporâneo. No projeto citado, a proposta implica em deslocamento de eixos de centralidade objetivando valorização patrimonial, através do ativamento do mercado imobiliário, ressignificação do patrimônio material da região e a consequente produção de um novo espaço turístico sendo incluído neste, novos espaços de entretenimento e lazer cultural. Neste conjunto de ações, uma série de intervenções urbanas foram postas em prática através de obras voltadas para a reformulação da infraestrutura urbana. (MOLINA, 2013)

Assim como nos momentos anteriores, a região do Valongo é acionada como espaço central de produção de uma reconfiguração urbana e simbólica. No período do Brasil Império e primeiros anos da República, a região detinha significados que precisavam, de acordo com a lógica de então serem apagados em prol de atribuição de novos sentidos e significados, no início do século XXI a questão permanece, mas sob outros prismas. O argumento do embelezamento, da modernização, da renovação, do progresso são atualizados sob a justificativa de uma integração com o mundo que opera sob parâmetros de tecnologia e conexão que até então a Cidade não se inseria. O discurso dos gestores públicos são, como antes, confrontados com argumentos que expõe a situação de opção pelo não investimento no interesse social, pois de acordo com Bienenstein (2011, p.150) estima-se que na área portuária, as terras públicas equivalham a 75% do total da área e o poder público ao optar pelo direcionamento da região para fins de operações imobiliárias e não para construção de habitações de interesse social, fica caracterizada opção pelo processo de gentrificação do local, cujo desdobramento é o afastamento da população até então ali residente, justamente por não haver investimento na permanência desta população tanto no que se refere ao aspecto simbólico da reafirmação de sua identidade, quanto econômico em decorrência da elevação de preços.

Pelo exposto, é possível relacionar os megaeventos ao contexto de obras e intervenções urbanas que são narrativamente acompanhadas pelo discurso de condução da Cidade para parâmetros que ela teria urgência em adentrar. Os megaeventos são nesse contexto a motivação, a base de um processo muito mais amplo que se faz visível através

da materialidade das obras e intervenções na infraestrutura urbana, apoiada em uma perspectiva simbólica que visa a produção de novos traços a serem adicionados na identidade tanto de locais, quanto do grupo social que habita a Cidade e que será visibilidade pela atividade turística. Assim, a construção da Cidade Olímpica tinha entre seus objetivos simbólicos, promover novas imagens do Rio de Janeiro e fomentar assim, nova identidade.

Na construção da Cidade Olímpica, a memória da região do Valongo tornou-se uma questão a ser enfrentada, pois as obras necessárias a transformação espacial implicava em escavações voltadas para implantação de estruturas adequadas a proposta para o local. As escavações evidenciaram vasto conjunto de elementos da cultura material dos escravizados trazidos para a Cidade do Rio de Janeiro e essa descoberta promoveu uma série de disputas em torno de uma memória e reivindicação de tais objetos como patrimônio de organizações de Movimentos Negros.

Vassallo e Cicalo (2015) discorrem sobre a participação de representantes do movimento negro neste processo. De acordo com os autores, as organizações envolvidas eram sobretudo as dos setores governamentais, como o Conselho Municipal de Defesa dos Direitos do Negro (Comdedine), a Superintendência de Promoção da Igualdade Racial (Supir), a Coordenadoria Especial de Políticas Pró-Igualdade Racial (Ceppir), a Fundação Palmares e o Conselho Estadual de Defesa dos Direitos do Negro (Cedine). Segundo os autores anteriormente citados, para tais organizações o Cais do Valongo ia além de um símbolo da dominação racial e representava especialmente uma referência fundamental em termos de ancestralidade dos descendentes dos escravizados, justamente pelo fato de pelo Cais do Valongo ter desembarcado não somente africanos, mas também objetos, práticas e crenças que deram origem à cultura e às religiões afrodescendentes. Essas lideranças negras reivindicavam uma participação nos rumos do sítio arqueológico recém-descoberto; entretanto, como será apresentado na próxima sessão, vários são os atores e instâncias envolvidas no processo e os desdobramentos refletem os distintos âmbitos da disputa.

“A Cidade Olímpica é a Cidade Maravilhosa sendo maravilhosa para mais gente”: os usos da memória do Cais do Valongo

A cidade mudou
Eu moro no morro, e ela na zona sul
De black ou nagô, nossa gente tem valor
Nosso povo tem orgulho e ama essa cidade
Sem distinção de cor, eu sei que demorou
Mas o Rio hoje voltou a ter dignidade
Parabéns a quem lutou, força a quem acreditou
Hoje o Rio brilha mais forte, tem mais igualdade

Nosso povo tem calor, nesse solo nasce flor
Hoje o Rio é um só Rio, tem mais qualidade
Eu moro no morro, e ela na zona sul,
Sou negão, ela é loirinha dos olhos azuis
Zona Oeste, Zona Norte, tem emprego, tem transporte
Tem cultura, tem esporte da Barra até Bangu
Sei que eu sou pobre, mas meu coração é nobre
E o que é meu é dela
E hoje eu não tenho mais vergonha de dizer
que moro na favela
Pois a cidade mudou, renovou e se tornou mais bela
De Santa Cruz ao Leblon, como é bom dizer que eu moro nela

A frase “A Cidade Olímpica é a Cidade Maravilhosa sendo maravilhosa para mais gente” foi proferida por Renato Pereira, responsável pelas duas campanhas vitoriosas do prefeito Eduardo Paes no contexto da aproximação dos jogos olímpicos e tal afirmativa é bastante elucidativa quando se analisa o contexto social da cidade do Rio de Janeiro no período que antecedeu os megaeventos. Assim sendo, na presente sessão será abordada a construção memorial e discursiva da Cidade Olímpica, cuja letra da música anteriormente exposta sintetiza.

Assim como em outros períodos em que grandes projetos urbanos foram executados, as obras justificadas como necessárias ao cumprimento da agenda de recepção dos megaeventos foram acompanhados por discursos. Se no passado a questão da higiene formularam narrativas acerca de novos padrões de habitação e embelezamento; no período pré olímpico, a segurança urbana pautava os debates. As intervenções produzidas por Pereira Passos e já descritas na primeira sessão deste trabalho, somadas a outras obras de intervenção urbana, como a empreendida pelo prefeito Carlos Sampaio; embora inscritas em uma política de planejamento urbano segregacionista, transformaram o Centro da cidade em um espaço de fruição e lazer dos próprios cariocas. Costa (2015) destaca que as confeitarias, cafés, bares, cabarés, cervejarias, restaurantes, sorveterias, livrarias, teatros e cinemas reanimaram o espírito da Cidade. Segundo a autora, a rua passou a ser interpretada como lugar de encontros, estabelecimento de relações e interações sociais manifestadas a partir destes espaços não privados envolvendo “[...] os cariocas em uma rede simbólica que costurava o imaginário urbano a partir das vivências culturais e dos eventos sociais cotidianos na cidade.” (p. 189)

Nesta ocasião, as narrativas produzidas sobre a Cidade eram construídas a partir do olhar de escritores literários, músicos e artistas que de acordo com Costa (2015, p.189) “traduziam pelas letras” suas visões da vida no Rio de Janeiro. A autora chama atenção a adjetivação “Cidade Maravilhosa” argumentando que foi através de uma obra de contos reunidos intitulado “A cidade maravilhosa” de autoria do escritor Coelho Neto que tal

expressão apareceu e depois foi adotado como nome de programa em uma rádio carioca, tornando-se posteriormente marcha de carnaval que propagou o adjetivo atribuído a Cidade.

Na obra de Coelho Neto, é narrada a história de Adriana, uma professora oriunda de um povoado denominado Barretos e que se dirige a povoado distante após optar por ser professora. Na obra, Barretos é descrito como lugar triste, onde os sons passíveis de audição restringiam-se aos emitidos por sapos, grilos e vacas. Neste povoado também não aconteciam muitas interações sociais, pois o espaçamento entre as residências favorecia o distanciamento. Já a “cidade maravilhosa” descrita na obra, se opunha a triste Barretos, pois era a cidade dos sonhos, dos encantos, da alegria. Para a autora anteriormente citada, a expressão “cidade maravilhosa” ao surgir em tal ambiência, ou seja, a da cultura urbana sediada no centro do Rio de Janeiro, revela valorização de uma determinada sociabilidade que particularizou a Cidade naquele momento representada pelo Centro e hoje, para o senso comum, está associada as belezas naturais da paisagem da Zona Sul do Rio.

A Zona Sul da Cidade do Rio de Janeiro surge no cenário carioca na década de 1920 em decorrência da facilidade de acesso promovida pela expansão de equipamentos urbanos, como linhas de bonde e abertura de ruas. Em 1923, a inauguração do Hotel Copacabana Palace insere o local no mapa turístico da Cidade e o uso de espaços ao ar livre para a saúde do corpo e da mente vai se consagrando nas praias dos denominados bairros atlânticos, ou seja, Leme, Copacabana, Ipanema e Leblon, construindo assim, a cultura praiana. A cultura praiana que ali vai se desenvolvendo é marcada por uma sociabilidade particular onde a praia emerge como um lugar de convivência, de encontros e de interações sociais que distinguem-se do estilo de fruição da Cidade que caracterizou o final do século XIX e os primeiros anos do século XX, pois enquanto essa se manifestava a noite em ambientes fechados do Centro da Cidade, a cultura praiana se dá na areia e sob o sol. (O'DONNELL, 2011)

Zona Sul passa então a designar a área da cidade habitada pelas camadas mais favorecidas da população e, neste aspecto se constrói em oposição ao subúrbios carioca, ou seja, os bairros localizados na Zona Norte e que ao longo do processo de estruturação urbana foram sendo escolhidos como local de residência da classe trabalhadora fabril e que se serviam dos trens para locomoção. A “zona sul” particularizada pela cultura praiana e lugar social das elites cariocas, foi sendo fortalecida como representação da própria cidade do Rio de Janeiro. Entretanto, no início dos anos 90, conforme aponta Márcia Pereira Leite (2000), novas dinâmicas atuam no contexto social carioca em decorrência de uma reorganização estrutural do tráfico de drogas e armas. Neste novo cenário, confrontos entre quadrilhas rivais e entre traficantes e policiais instalam no cotidiano a questão violência em uma dimensão até então percebida de outra forma. Em tal contexto, as favelas, espaços

ocupados majoritariamente pela população negra da Cidade, são associadas a abrigos esconderijos para traficantes e, como as favelas também estão presentes na Zona Sul, desenvolve-se uma “cultura do medo”, que segundo a autora anteriormente citada, redefiniu as relações dos cariocas com o território e entre si, alterando a sociabilidade de outrora. A Cidade Maravilhosa, até então percebida como aberta e hospitaleira apresenta-se agora cercada por portões, guaritas e grades, dependente de seguranças e vigias. Assim, o tema violência adquire centralidade na pauta da mídia e dos políticos na cidade, pois a Cidade Maravilhosa passa a ser também reconhecida como “cidade partida”, conforme denomina Ventura (1994).

Enquanto o ser “carioca do subúrbio” refletia apenas a segregação espacial que não oferecia riscos à cidade maravilhosa que se restringia a Zona Sul, questões relativas a falta de infraestrutura, precariedade de serviços públicos, ausência de possibilidades do direito ao exercício do lazer e violência, dada a falta destas iniciativas em bairros não pertencentes a Zona Sul; a Cidade ostentou o título de Maravilhosa. Entretanto, quando a Zona Sul é evidenciada pela favela e conseqüentemente a divisão social entre “morro e asfalto” é relacionada a violência e em um contexto de preparação para recepção de megaeventos, urgia integrar Zona Sul, Zona Norte, Zona Oeste e Favela.

A série de eventos sediados no Rio de Janeiro foi ao mesmo tempo a causa e um dos veículos de construção e divulgação de uma nova imagem carioca, sendo essa construída na perspectiva da letra da música que abriu esta sessão. A “cidade partida” precisava de ser ressignificada para voltar a ser a “cidade maravilhosa” e tal processo se dá através da construção da “cidade olímpica” que na fala do marqueteiro da campanha do prefeito Eduardo Paes, significa ser “maravilhosa para todos” como diz a letra: *“E hoje eu não tenho mais vergonha de dizer que moro na favela / Pois a cidade mudou, renovou e se tornou mais bela / De Santa Cruz ao Leblon, como é bom dizer que eu moro nela.”*

O projeto da Prefeitura do Rio de Janeiro, na gestão do Prefeito Eduardo Paes, para a construção da *cidade olímpica* se apoiou em discursos voltados para a produção de uma imagem de Cidade onde a coesão da população, a atenção a serviços públicos até tratados como precários nas Zonas Norte e Oeste, a apropriação simbólica de espaços até então a margem do Estado (como as favelas) e em uma identidade carioca que qualificavam a Cidade para sua própria população e para o mundo. Neste contexto, o Cais do Valongo ganha novamente destaque e a decisão por evidenciar o local exato onde ele está situado, pode ser interpretado não somente como vitória dos movimentos sociais interessados em iluminar uma determinada memória, mas também como estratégia do poder público, onde a Prefeitura em tela se utilizou de referências e memórias a fim de forjar uma identidade que simulasse a sensação de pertencimento.

Nesta arena de disputas, a prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro fortalece seu discurso que pode ser sintetizado tal como exposto no vídeo institucional sobre o Cais do Valongo: “*A Prefeitura do Rio, através de sua Secretaria de Obras, de Secretaria de Cultura e com apoio técnico do Museu Histórico da UFRJ respeitosamente quer preservar o e deixar a Cidade contar sua história. As histórias são para serem contadas. Algumas delas, não podem ser esquecidas jamais*” e coloca o espaço na condição de monumento preservado, exposto à visitação pública. Durante as comemorações do dia da Consciência Negra do ano de 2013, o Cais do Valongo recebeu a titulação de patrimônio cultural da Cidade do Rio de Janeiro e passou a integrar a Rota dos Escravos, projeto intersetorial e transdisciplinar da UNESCO. O momento simbólico de então, estruturado por reivindicações de identidades fortalecidas por um patrimônio material, permeada em uma narrativa pautada em uma justificativa de potencial turístico, favoreceu ainda mais a ideia da candidatura do Cais a patrimônio mundial da humanidade.

Castro (2001) chama a atenção para o estabelecimento de cruzamentos entre diferentes processos históricos e culturais, tanto em âmbito internacional quanto nacionais e locais. Assim, no caso do Cais do Valongo o consenso pela patrimonialização revela outra sutileza de conflitos e disputas pela memória do Cais, pois ao ser instituído pela Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro como patrimônio cultural municipal, o Cais do Valongo é utilizado como símbolo da memória da cultura afro-brasileira e inserido no “Circuito Histórico e Arqueológico de Celebração da Herança Africana”. Cabe ressaltar que o passado do tráfico de escravizados e a preservação de uma memória da escravidão fazem parte de um programa de valorização de diferentes memórias do passado escravista iniciados na década de 1990 pelas Organizações das Nações Unidas (ONU). Entre as ações articuladas no âmbito de tal programa está o projeto “Rota dos Escravos” apoiado pela UNESCO, pela Organização Mundial do Turismo e outros órgãos oficiais objetivando visibilizar uma memória que valorize o negro. Neste processo de busca pela valorização do negro, duas perspectivas emergem: a da “herança” e da “resistência”. Na perspectiva da *herança*, a memória selecionada não problematiza o negro no processo de exclusão em que ele se viu imerso ao ser escravizado, apaga a memória de um processo de resistência e assim, melhor se presta ao discurso que produz narrativas onde a proposta é pacificar, acalmar e de ausência de conflitos. A opção pela denominação do circuito como “Circuito Histórico e Arqueológico de Celebração da *Herança Africana*” é assim um indicador da memória selecionada.

Lugares que abrigam bens patrimonializados refletem uma complexa trama entre as dinâmicas econômicas, políticas, sociais e culturais. Apoiados em eficientes elaborações discursivas, tais lugares são inseridos em circuitos de disputas por visibilidade capazes de

induzir fluxos de visitação turística. Dentre as inúmeras intervenções que preparam a cidade para os megaeventos, o Projeto Porto Maravilha teve no Cais do Valongo a materialidade simbólica da Cidade Olímpica enquanto discurso de consolidação de imagem da cidade e a coesão da população, conferindo legitimidade a projetos.

Memória, Patrimônio e Turismo: elementos construtores de uma nova identidade da cidade do Rio de Janeiro

Na obra “A Memória Coletiva” está exposto o argumento central de Maurice Halbwachs que vem a ser a tese de que memória tem um caráter coletivo. Ao defender este argumento, Halbwachs preconiza que o indivíduo só é capaz de recordar na medida em que pertence a algum grupo social e assim, a memória coletiva é sempre uma memória de grupo. A perspectiva teórica apresentada por Halbwachs insere-se na Escola Sociológica Francesa, da qual Emile Durkheim representa um grande expoente por ter demonstrado a precedência do “fato social” e do “sistema social” sobre fenômenos de ordem psicológica, individual. Assim, para Halbwachs, memória coletiva seria uma corrente de pensamento contínuo que se caracteriza por ser um elemento vivo, representativo da consciência do grupo que a mantém.

Na teoria Halbwachs o indivíduo só é capaz de construir e acessar lembranças na condição de membro de um conjunto, pois de forma individual as lembranças que forma, não são sustentadas por muito tempo, por necessitar do apoio dos testemunhos de outros para alimentá-las e organizá-las. Para este autor, as memórias individuais se formam a partir da relação com o outro e teriam assim, um caráter relacional, formando-se na interação entre os indivíduos. Ainda na concepção do autor, a memória pode ser entendida como uma reconstrução do passado realizada com auxílio de dados do presente. Esse processo de reconstrução é norteado pela seleção de aspectos, pois é impossível registrar tudo o que ocorreu em determinado momento e isto vale para o plano individual e para o coletivo.

Nesta perspectiva, as construções memoriais sobre o passado revelam mais sobre o presente do que sobre o próprio passado, sendo este sempre parcial, incompleto e passível de alteração. As construções memoriais sobre o passado estão sujeitas a variações conforme mudam as relações sociais do grupo que as produz com outros grupos e processos; desta forma, a memória pode ser interpretada como um tipo de relação que se estabelece entre o presente e o passado.

Halbwachs destacou ainda em sua teoria que o compartilhamento de memórias contribui para o estabelecimento de laços sociais, cumprindo a função social de manutenção

e coesão dos grupos, ao produzir elementos para a construção de uma identidade através do sentimento de pertencimento ao grupo. Para o autor, quando uma memória deixa de existir, os laços sociais que a alimentavam e dela se alimentavam deixaram de existir, o que implicaria na perda de existência social do grupo cultivador da lembrança; perde-se então, as tradições, pois a memória não diz respeito somente a uma experiência localizada no passado e sim, ao que permanece vivo e orientando pensamentos, ações e práticas de indivíduos e grupos sociais no presente.

Pollak (1989) acrescenta ao debate sobre memória coletiva a percepção do processo de enquadramento da memória em perspectiva processual, ao sugerir que as memórias são progressivamente construídas, através de negociação e conflito. O autor anteriormente citado inova na abordagem sociológica sobre memória, mas não rompe com a obra de Halbwachs, pois o Pollak também considera a memória como uma construção social coletiva sobre um passado que se realiza no presente contribuindo para o estabelecimento de um sentimento de identidade; mas Pollak destaca que embora haja a dimensão coletiva da memória, o indivíduo também tem suas lembranças, sendo este também capaz de formar e acessar memórias, administraria assim as influências que lhe chega de fora não estando plenamente submetido aos “quadros sociais da memória”.

Em sua teoria, Pollak afirma que as memórias são compostas por três elementos: acontecimentos, pessoas e lugares. Os acontecimentos consistem em eventos dos quais uma pessoa pode ter participado diretamente ou não. Nesta proposição, o autor inova ao trazer o conceito de acontecimentos vividos por “por tabela”, ou seja, acontecimentos que o indivíduo toma para si a partir de seu pertencimento a um determinado grupo; já no que diz respeito as pessoas, estas podem ou não fazer parte do convívio do indivíduo, tendo em vista que podem estar presentes na memória individual ou coletiva, pessoas que se tornaram conhecidas por serem figuras públicas; no que se refere aos lugares, estes são a base para o desenvolvimento das memórias do indivíduo ou do grupo. Ao propor esta noção de entendimento da memória, conclui-se que estas, podem ou não se basear em fatos reais e que seu processo de construção é atravessado por imprecisões, incoerências, projeções e introdução de elementos não existentes. Tal processo, pode se dar de modo deliberado ou não, envolvendo ainda silêncios e esquecimentos operados de forma consciente ou inconsciente. E nesta linha de raciocínio, chega-se no ponto central da teoria de Pollak que envolve a noção de disputas e conflitos que inerentes ao processo de construção e reconstrução de memórias.

Essa perspectiva trazida por Pollak distingue-se da de Halbwachs, pois embora para ambos autores a memória contribua para a formação de identidades, Halbwachs defende que a adesão dos indivíduos aos grupos se dá no plano afetivo e Pollak argumenta que esta

percepção não evidencia processos de coerção e dominação presentes em processos de construção de memórias. Assim, para Pollak na medida em que cada grupo cultiva as lembranças que lhes são caras, emerge uma diversidade de lembranças que conduz a construção de memórias a ser também um objeto de conflitos e disputas, exatamente pelo fato de que cada grupo busca salvaguardar suas visões sobre o passado e impor aos demais grupos.

Do processo de disputas e conflitos pela construção de memória, o caráter seletivo que revela a incapacidade de registro de todos os eventos do passado, é percebido por Pollak (1989) como “enquadramento”, sendo que a escolha do que será mantido para ser lembrado obedecem a prioridades que não se dão de modo aleatório e os processos de “enquadramento” estão na base da construção de memórias hegemônicas.

A eleição de memórias hegemônicas está intimamente relacionada a força do grupo que a representa e envolve o combate e exclusão das memórias de outros grupos, que passam então a ocupar uma posição de marginalidade. Pollak (1989) esclarece que a condição de marginalidade a que os grupos perdedores são relegados, assim como a opressão e silenciamento a que são submetidos, não impede a produção de suas memórias e a esta modalidade de formação de lembranças denomina como “memórias subterrâneas”. Tais memórias são, entre outras, as dos grupos marginalizados, a das camadas pobres, ou seja, a dos sem representação diante do contexto hegemônico.

As memórias subterrâneas, devido a sua condição de produção reprimida, tendem a assumir um aspecto traumático. Pollak chama atenção para o fato de que por serem impostas ao silenciamento e ameaçadas pelo esquecimento por longos períodos de tempo, as memórias subterrâneas são fortemente ativadas quando as condições sociais favorecem a mudança e quebra da ordem vigente. Nestes momentos, a intensidade da disputa, revela e explica a força dos traumas embutidos nos processos de silenciamento e apagamento de memórias.

Para o autor anteriormente citado, as memórias representam valores disputados por indivíduos e organizações que se colocam a partir de distintos interesses e percepções. Na perspectiva de Pollak, as memórias coletivas são construídas em torno de disputas de como o passado deve ser interpretado e quem tem a legitimidade para o fazê-lo e assim, nesse embate que se inscreve no tempo, é que se produz o enquadramento da memória. Neste processo, uma determinada perspectiva sobre passado se institucionaliza, pois progressivamente ela vai sendo construída, se torna vitoriosa e conseqüentemente, hegemônica.

O caso do Cais do Valongo demonstra exatamente o processo de silenciamento e apagamento de uma memória. Para o grupo social subjugado neste processo, o silêncio foi

uma condição necessária para a sobrevivência de suas lembranças. Por se encontrarem à margem, essas memórias não se conservaram e propagaram através dos meios oficiais de expressão; conservaram-se oralmente e, enquanto memórias subterrâneas operadas por vias informais, como redes de sociabilidade e no âmbito familiar, onde impera laços de afetividade de maior monta. Tendo sido evidenciado a materialidade das lembranças, isto é, o próprio Cais, estruturou-se o patrimônio comum das recordações, cabe ressaltar que as memórias que sobreviveram como forma de resistência política e cultural e, enquanto, construção idealizada do passado que se faz no presente pode ser entendida também como uma contestação da ordem vigente com vistas a formulação de um projeto social para o futuro.

Utiliza-se patrimônio em sua concepção moderna, esquecendo-se que enquanto categoria ele deve ser pensado historicamente, pois seu sentido variou no tempo e no espaço. O conceito moderno de patrimônio está ligado à existência do Estado Nacional, mas esta relação não é aparente, principalmente porque o uso em uma variedade de discursos, tais como patrimônio econômico, financeiro, familiar, cultural, arquitetônico, ecológico, etc; naturalizou-o. Retomando a perspectiva da relação entre a noção moderna de patrimônio e a construção dos estados-nação, Gonçalves (2002) observa que assim, a noção de patrimônio foi também construída narrativamente como alegoria, isto é, constituído para representar uma coisa cujo sentido era significar outra, pois a noção de estados-nação servia de referência aos repositórios de significados que seriam utilizados na constituição do patrimônio. Assim sendo, foi possível pensar a proteção do patrimônio como proteção da nação. Neste processo simbólico, a noção de perda exercia forte significado justamente por evidenciar a transição de um regime de atribuições a outro, onde o patrimônio passava a ser interpretado como coletivo, embora ainda se confundisse com a noção de anterior de propriedade familiar ou individual.

Ainda analisando a noção de patrimônio a partir dos discursos produzidos sobre ele, no caso brasileiro, de acordo com Gonçalves (2002), os intelectuais dos anos 20 e 80 produziram formação discursiva na qual os conceitos de memória e identidade foram a base da construção de uma comunidade imaginada, nos termos definidos por Anderson (1989) e assim foram produzidas as narrativas nacionais. Já Fonseca (2005) destaca a institucionalização do patrimônio no Brasil como formulação de um documento identitário da nação. O patrimônio era assim, um testemunho concreto de um passado em comum e requerente de proteção contra as ameaças do desaparecimento, fato que simbolicamente reforçava a coesão nacional. Neste contexto, o discurso acerca da noção de patrimônio envolvia a percepção de que este representa um passado que se assenta em uma história e

memória nacional; entretanto, a seleção de um tipo de patrimônio a ser o representante da nação brasileira, evidenciava uma seleção, um recorte de um determinado passado.

Analisando o patrimônio enquanto signo material e simbólico, resultado de um processo de atribuição de valor, observa-se que ele tem a capacidade de criar um sentimento de pertencimento, representar consenso e evidenciar a diversidade. Os bens alçados a categoria de patrimônio adquirem em seus processos de patrimonialização, um duplo valor, o material que o insere no mercado e o simbólico, que revela sua representatividade acerca de alguma coisa e sua marca identitária que pode estar relacionada a um grupo, comunidade ou nação. Neste sentido, a produção de patrimônios culturais está relacionada a atribuição de significados sociais, pela reconstrução da memória e da identidade. Em tais processos de patrimonialização, a turistificação tem jogado papel decisivo ao dar visibilidade aos elementos inerentes ao que está sendo significado socialmente.

Processos de turistificação envolvem duas ordens de fenômenos: a ressonância de um recurso natural ou cultural, patrimonializado ou não e; uma narrativa constituída por discursos, ideologias e representações sociais. Esses dois fenômenos em consonância moldam o destino turístico e dão sentido a experiência de visitantes e visitados em interação no fenômeno turístico. Gonçalves (2005, p.19) utiliza a noção de ressonância tal como a utiliza o historiador Stephen Greenblatt que a define como: “[...] poder de um objeto exposto atingir um universo mais amplo, para além de suas fronteiras formais, o poder de evocar no expectador as forças culturais complexas e dinâmicas das quais ele emergiu e das quais ele é, para o expectador, o representante.” Já as narrativas revelam aspectos de memórias selecionadas no presente e que atendam a fins educativos, comemorativos e de mitigação de conflitos que exigem absolvição e/ou perdão. Assim sendo, a relação entre turismo e memória, objeto do presente trabalho, manifesta-se na forma de narrar a memória selecionada no processo de patrimonialização que lhe conferiu sentido.

Simbolicamente, o Cais do Valongo representa uma memória que tem ressurgido periodicamente; entretanto a ausência da materialidade a mantinha em condição subalterna, pois a escravidão não é um dos elementos que constituem a “cidade maravilhosa” e por este motivo, foi apagada e propositalmente esquecida. Porém, a materialidade do Cais do Valongo permite não apagar esse passado e no contexto em que “*a Cidade Olímpica é a Cidade Maravilhosa sendo maravilhosa para mais gente*”, a inclusão o evidenciamento do Cais é um dos símbolos desse discurso e a visibilidade deste processo foi manifestada pelo turismo através do “Circuito histórico e arqueológico de celebração da herança africana”.

Analisar como fontes oficiais do Estado se utilizam de narrativas de um passado para construir discursos no presente é apreender jogos políticos que operam na construção de

uma “identidade nacional” e, paralelamente, analisar como grupos detentores de uma memória evidenciam como pretendem ser vistos, lembrados e reconhecidos, através da seleção e enquadramento do passado na narrativas do presente é apreender a construção de identidades. Quando, nestes processos, o turismo é evocado, sua prática pode ser concebida como posicionamento do narrador de tal memória, ou seja, daquele que promove a atividade turística.

Considerações finais

Este trabalho se propôs a refletir acerca de como o turismo se manifesta na construção de memórias e identidades. A memória foi aqui entendida como no sentido atribuído por Halbwachs, ou seja, de que a memória pode ser entendida como uma reconstrução do passado realizada com auxílio de dados do presente. Por ser uma reconstrução do passado com dados do presente, Pollak esclarece que as memórias representam valores disputados por indivíduos e organizações que se colocam a partir de distintos interesses e percepções. Neste embate que de acordo com Pollak se inscreve no tempo, é que se produz o enquadramento da memória e uma determinada perspectiva sobre passado se institucionaliza, pois progressivamente ela vai sendo construída, se torna vitoriosa e conseqüentemente, hegemônica. A memória enquadrada tem nos processos de patrimonialização a proteção contra a ameaça do desaparecimento e se reproduz na medida em que se torna visível para o “outro”. Desta forma, a visibilidade se torna questão central em tais processos, pois não basta a memória ser reconhecida através de um processo de patrimonialização, ela precisa ser exposta, divulgada e propagada e o turismo tem sido um dos vetores escolhidos para tal propagação.

Por envolver duas ordens de fenômenos, isto é, a ressonância de um recurso natural ou cultural e uma narrativa constituída por discursos, ideologias e representações sociais; os processos de turistificação indicam que ao nos debruçarmos sobre os usos da memória ali exposta avançamos no entendimento de como as mesmas foram apagadas e selecionadas, revelando a complexidade das relações sociais vigentes no presente. Como demonstrado, o Sítio Arqueológico do Cais do Valongo foi declarado monumento e aberto à visitação pública com apelo turístico em 2012. Instituído Patrimônio Cultural da Cidade do Rio de Janeiro em 2013 e inscrito na lista de Patrimônio da Humanidade pela UNESCO em 2017. Todos esses processos de patrimonializações foram precedidos por intensas disputas implicando no confronto de poderes e discursos conflitantes nos âmbitos político, moral, cultural, econômico; o consenso entre os distintos atores em inserir este patrimônio no mercado turístico, evidencia que muitas são as possibilidades de abordar e narrar o

passado, pois a memória que será disponibilizada pode ser parte de uma agenda política institucional, como uma forma de categorização e domínio; ou pode ser usada como uma forma ativa de resistência, como um mecanismo para deslocar narrativas hegemônicas e promover uma pluralidade de discursos.

Pelo exposto, considera-se que a memória não é apropriada pelo turismo e sim, que turismo é uma forma de narrar uma memória selecionada para ser visibilizada e, neste processo, geralmente está em jogo a reconstrução de identidades de lugares e grupos sociais, que muitas vezes historicamente excluídos veem nesta possibilidade de visibilidade a afirmação de suas singularidades e reivindicação de direitos sociais e políticos historicamente negados.

Recebido em: 08/09/2018

Aprovado em: 09/10/2018

REFERÊNCIAS

- ANDERSON, Benedict. *Nação e consciência nacional*. São Paulo: Ática, 1989.
- BIENENSTEIN, Glauco. Megaeventos e metrópoles: insumos do Pan-2007 e perspectivas para as Olimpíadas de 2016. In.: MASCARENHAS, Gilmar.; BIENENSTEIN, Glauco.; SÁNCHEZ, Fernanda. *O jogo continua: mega-eventos esportivos e cidades (123-161)*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011.
- CASTRO, Celso. A natureza turística do Rio de Janeiro. In: BANDUCCI JÚNIOR, Alvaro.; BARRETO, Margarita. *Turismo e identidade local: uma visão antropológica*. Campinas: Papyrus, 2001, p. 117-127.
- CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade. Uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo: Companhia das letras, 1990.
- COSTA, Amanda Danelli. A cidade do Rio de Janeiro cultura urbana e imagem turística. *Revista Acervo*, Rio de Janeiro, 28 (1), 2015, p.186-195.
- FONSECA, Maria Cecília Londres. *O Patrimônio em Processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2005.
- GAGNEBIN, Jeanne Marie. Memória, história, testemunho. In: GAGNEBIN Jeanne Marie. *Lembrar, escrever, esquecer*. São Paulo: Editora 34, 2006, p. 49-57.
- GEERTZ, Clifford. *A Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro: LCT. 2008.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. Monumentalidade e Cotidiano: os patrimônios culturais como gênero discursivo. In: OLIVEIRA, Lucia Lippi. *Cidade: história e desafios*. Rio de Janeiro: FGV, 2002, p. 108-123.

_____. Ressonância, materialidade e subjetividades: as culturas como patrimônios. *Revista Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, 11 (23), 2005, p. 15-36.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

MALTA, Elder. Consumindo Paisagens: Patrimônio Cultural, Turismo e Enobrecimento Urbano no Rio de Janeiro. *Revista Tomo*, Sergipe. 31, 2017, p. 91-134.

MOLINA, Fábio Silveira. *Mega-eventos e produção do espaço urbano no Rio de Janeiro: da “Paris dos Trópicos” à “Cidade Olímpica”*. 2013. 214f. Tese (Doutorado em Geografia)-Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

MORAES, Renata Figueiredo A escravidão e seus locais de memória – O Rio de Janeiro e suas “maravilhas”. *Revista Odeere*, Salvador, 2 (1), 2016, p. 33-58.

O'DONNELL, Júlia. Uma Copacabana para o mundo: a década de 1920 e a invenção do Rio Atlântico. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH*, São Paulo, 2011.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, 2 (3), 1989, p. 3-15.

POMIAN, Krzysztof. Memória. *Enciclopédia Einaudi*. 2000. Disponível em: <http://flanelografo.com.br/impermanencia/biblioteca/Pomian%20%281984b%29.pdf>

RODRIGUES, Jaime. De costa a costa: escravos, marinheiros e intermediários do tráfico negreiro de Angola ao Rio de Janeiro (1780-1860). São Paulo: Companhia das letras, 2005.

SKIDMORE, Thomas. Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

VASSALLO, Simone; CICALO, André. Por onde os africanos chegaram: o Cais do Valongo e a institucionalização da memória do tráfico negreiro na região portuária do Rio de Janeiro. *Revista Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, 21 (43), 2015, p. 239-271.

VENTURA, Zuenir. *Cidade partida*. São Paulo: Cia das Letras, 1994.

Referências Eletrônicas

<https://piaui.folha.uol.com.br/materia/o-samba-do-prefeito>. Acesso em: 30 mar. 2018.

<https://istoe.com.br/ele-ousou-reinventar-o-rio-de-janeiro>. Acesso em: 30 mar. 2018.

<https://www.annaramalho.com.br/o-que-deseja-o-prefeito-eduardo-paes-um-rio-de-todos-para-todos>. Acesso em: 30 mar. 2018.

<https://www.youtube.com/watch?v=2i6nhHuXFz4p>. Acesso em: 30 mar. 2018.

<https://piaui.folha.uol.com.br/materia/o-samba-do-prefeito>. Acesso em: 30 mar. 2018.

<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1605>. Acesso em: 08 nov. 2018.